

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DAª VARA DO TRABALHO DE

..... (nome completo), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), nascido em (dia, mês e ano), portador da cédula de identidade RG nº e do CPF/MF nº, portador da CTPS nº – série (nº e UF), residente e domiciliado nesta Capital à (endereço completo: rua [av.]....., nº, complemento, bairro, cidade, CEP....., UF.....), por seu Advogado e bastante procurador que esta subscreve, com incluso instrumento de mandato (doc.), vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor a presente

**RECLAMAÇÃO TRABALHISTA VISANDO À RESCISÃO
INDIRETA DE CONTRATO DE TRABALHO**

em face de (razão social completa), inscrita no CGC/MF (ou CNPJ/MF) sob nº, localizada à (endereço completo: rua [av.]....., nº, complemento, bairro, cidade, CEP....., UF.....), com fundamento no artigo 483, alínea “d”, da CLT, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

1 – DO CONTRATO DE TRABALHO

O RECLAMANTE foi admitido aos serviços da RECLAMADA

em (dia, mês e ano) na função de com o último salário de R\$ (valor por extenso) por (tipo salarial: mensal, por hora, ou outro).

2 – DA JORNADA DE TRABALHO

O RECLAMANTE cumpria o horário de trabalho das horas às horas, de a-feira, com (.....) hora para almoço, perfazendo assim uma jornada de trabalho de horas semanais.

3 – DAS HORAS EXTRAS

O RECLAMANTE continuava trabalhando das horas às horas, perfazendo (....) horas extras diárias, totalizando (.....) horas extras mensais e que deveriam ser pagas com adicional de0% (... por cento).

Durante o mês de o RECLAMANTE trabalhou (.....) aos domingos das horas às horas totalizando horas que deverão ser pagas em dobro. Também trabalhou durante o mês de aos sábados, no mesmo horário das horas as, totalizando horas extras que deverão ser pagas com o adicional de% (..... por cento).

4 – DA INADIMPLÊNCIA DA RECLAMADA

A RECLAMADA deixou de cumprir suas obrigações contratuais e não pagou os salários devidos ao RECLAMANTE dos meses de, e

Diante de tal fato e das dificuldades financeiras, o RECLAMANTE se viu obrigado a aceitar proposta de emprego em outra empresa do mesmo ramo, assim como também não lhe restou alternativa senão a observância de seu direito, contido no artigo 483, alínea “d”, da CLT.

5 – DAS FÉRIAS E DA MULTA

O RECLAMANTE faz jus ao pagamento de férias (proporcionais ou integrais) do período de à, com 1/3 constitucional E MULTA DO ARTIGO 137 DA CLT, ainda não pagas pela RECLAMADA.

6 – DO 13º SALÁRIO

O RECLAMANTE faz jus ao pagamento do 13º salário (proporcional ou integral) ao período trabalhado, por força do artigo 3º da Lei nº 4.090/62, incluindo-se o período do aviso prévio.

7 – DO FGTS E MULTA

Por não haver recolhido os devidos valores referentes ao FGTS durante o período trabalhado, deverá ser a RECLAMADA condenada ao pagamento de tais valores atualizados e com correção monetária, como também ao pagamento do acréscimo do percentual da multa rescisória, conforme dispõe o artigo 16, § 1º da Lei 7.839/1989.

8 – DO AVISO PRÉVIO

É devido ao RECLAMANTE o aviso prévio remunerado de acordo com o § 4º do artigo 487 da CLT.

9 – DA MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT

Em virtude de o RECLAMANTE não ter dado motivo para a cessação das relações de trabalho, tem ele o direito de haver da RECLAMADA indenização, paga na base de maior remuneração que tenha percebido.

DIANTE DO EXPOSTO PLEITEIA:

- I- saldo de salário.....R\$.....
- II – férias, mais 1/3 constitucional e multa do artigo 173 da CLT.....R\$
- III – 13º salário do ano de, com incidência do aviso prévioR\$.....
- IV – aviso prévio remunerado.....R\$.....
- V – Fundo de Garantia por tempo de serviço do período trabalhado com incidência da multa rescisória de 40% sobre o total..... a calcular
- VI – multa do artigo 477 da CLT.....R\$.....
- VII – expedição de ofício à DRT-SP a fim de que sejam apuradas as irregularidades e aplicadas as penalidades cabíveis.

Ante ao exposto, requer a notificação da RECLAMADA para

audiência a ser designada, com o depoimento pessoal da Reclamada, sob pena de revelia e confissão, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos e que ao final seja julgada PROCEDENTE A PRESENTE RECLAMAÇÃO, condenando-se a RECLAMADA no pagamento do pedido, além das custas processuais e honorários advocatícios.

Dá-se à presente o valor de R\$.....(valor por extenso).

Termos em que

Pede Deferimento.

....., de de
(local e data).

.....
Advogado (nome)
OAB/.... nº